

CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA JURÍDICA NA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS NO BRASIL: RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

ANO: 2023

DEISY CRISTHIAN LORENA DE OLIVEIRA FERRAZ - Magistrada há 17 anos no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA, Juíza Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Processual Civil. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Mestre em Poder Judiciário pela FGV DIREITO RIO. Doutoranda em Ciências Jurídicas pela FCR/UNIVALI.

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/0337193301379263>

Orientador: Professor Doutor Clovis Demarchi

RESUMO

A Tese está inserida na Linha de Pesquisa Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial, e ao projeto de pesquisa “Governança, constitucionalismo, transnacionalidade e sustentabilidade” tendo como tema a utilização dos serviços notariais e registrais como instrumento para solucionar conflitos de interesses por meio de decisões/sentenças com efeito de definitividade e desta forma, busca a contribuição da Política Jurídica na efetivação e concretização da solução de litígios. Com a quebra do paradigma da exclusividade da jurisdição estatal pela arbitragem, com competência para proferir uma decisão arbitral com trânsito em julgado, formal e materialmente, caracterizando a partir daí um título executivo judicial, os serviços notariais e de registro, em razão da fé pública que lhes é inerente, podem proferir decisões em questões patrimoniais que admitam disposição de vontade, sob os auspícios de definitividade, atuando como verdadeiros agentes de justiça. Partindo da Política Jurídica e do fenômeno do pluralismo jurídico, a Tese busca propor que os serviços notariais e de registro possam ter suas funções aumentadas para atuarem como instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos e desta forma contribuir com o acesso à justiça e solução de conflitos, principalmente onde o Poder Judiciário não alcança, diante da amplitude da capilaridade do serviço extrajudicial. A tese está dividida em cinco capítulos. O Capítulo 1, apresenta as noções históricas e conceituais referentes

à compreensão da garantia constitucional do acesso à justiça. O Capítulo 2 trata da evolução do Estado, desde o Estado Absoluto até o Estado Democrático de Direito. Na sequência é exposto os fatores que impulsionaram a sociedade a demandar nas vias judiciais, num movimento de crescente judicialização, em grande parte do próprio cotidiano das pessoas. O Capítulo 3 dedica-se a apresentar o retrato atual da Justiça Brasileira, recrudescido com a judicialização em escala das relações sociais. Os gráficos extraídos da última pesquisa Justiça em Números (2021) demonstram além da série histórica de casos pendentes, o quantitativo de varas por tribunais no Brasil, o índice de produtividade dos magistrados em comparação com a carga de trabalho, inclusive apontando exemplo de outros países latinos e europeus, a taxa de congestionamento por espécie de processos e o tempo médio de tramitação por ramos da justiça, conferindo visibilidade à Justiça Estadual. O Capítulo 4 expõe acerca dos serviços notariais e de registro desde sua origem histórica e sua evolução até sua concepção e formatação atual. O enfrentamento da base principiológica da atividade extrajudicial ressalta sua natureza pública e a aplicação dos princípios constitucionais da administração pública previstos no art. 37 da CF, além da previsão de outros princípios que norteiam especificamente o funcionamento do serviço notarial e registral, e neste particular com maior visibilidade o princípio da fé pública como baluarte de toda atividade extrajudicial, ante a garantia de que os atos praticados por seus titulares ostentem a presunção de veracidade. O capítulo 5, em arremate, debate-se o cerne do tema para demonstrar que os serviços notariais e de registros tem capacidade, competência, estrutura de capilaridade e aptidão para participar do processo decisório para resolução extrajudicial de conflitos nas causas de natureza patrimonial, proferindo sentenças e resolvendo causas que lhe são submetidas pelo usuário, de forma definitiva e com trânsito em julgado. O movimento de desjudicialização fomentado pelo pluralismo jurídico como forma de transferir competências até então xii afetas aos pilares judiciais para a esfera extrajudicial, como fenômeno defendido pela Política Jurídica, sustenta que a jurisdição não detém a exclusividade para resolver e garantir direitos. A tese se encerra com a Conclusão, na qual são apresentados aspectos destacados da Tese, seguidos de estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre o movimento de desjudicialização de demandas e a consequente ampliação das funções dos serviços notariais e de registro, como forma de contribuir com o desafoamento do Poder Judiciário e concretizar o acesso à justiça, especialmente nos rincões do país. Quanto à Metodologia empregada, registra-se que a Tese está expressa na base lógica indutiva.

Palavras-chave: acesso à justiça, pluralismo jurídico, desjudicialização.

ABSTRACT

The thesis is inserted in the research line Constitutional Principality, Law Policy, and Artificial Intelligence, and in the research project "Governance, constitutionalism, transnationality, and sustainability". Its theme is the use of notary and registry services as an instrument to solve conflicts of interest by means of decisions/judgments with final effect, and in this way, it seeks the contribution of Legal Policy in the effectiveness and concretion of the solution of litigation. With the breaking of the paradigm of exclusivity of state jurisdiction by arbitration, with competence to render an arbitration decision with *res judicata*, formally and materially, characterizing from there a judicial enforcement order, notarial and registration services, due to the public faith inherent to them, can render decisions in patrimonial questions that admit a disposition of will, under the auspices of definitiveness, acting as true agents of justice. Starting from the Legal Policy and the phenomenon of legal pluralism, this Thesis proposes that the functions of notary and registry services should be extended, enabling them to act as instruments for extrajudicial conflict resolution, and thus contribute to access to justice and conflict resolution, especially in areas where the Judiciary cannot reach, in view of the breadth of the capillarity of the extrajudicial service. This thesis is divided into five chapters. Chapter 1 presents some historical and conceptual notions regarding the understanding of the constitutional guarantee of access to justice. Chapter 2 deals with the evolution of the State, from the Absolute State to the Democratic State of Law. It then sets out the factors that impelled society to demand in the judicial channels, in a movement of increasing judicialization, in large part from people's daily lives. Chapter 3 presents a current portrait of Brazilian Justice, reinforced with the scale of judicialization of social relations. The graphs extracted from the latest Justice in Numbers survey (2021) demonstrate, in addition to the historical series of pending cases, the number of courts in Brazil, the productivity levels of judges compared to the workload, giving examples from other countries of Latin America and Europe, the congestion rate by type of case and the average processing time by branches of justice, giving visibility to the State Justice. Chapter 4 explains the notarial and registry services, from their historical origin and evolution to their current design and format. Confronting the principled basis of extrajudicial activity highlights its public nature and the application of the constitutional principles of public administration provided for in Article 37 of the Federal Constitution, in addition to the provision of other principles that specifically guide the functioning of the notarial and registry service, and in this particular, with greater visibility the principle of public faith as a bulwark of all extrajudicial activity, in view of the guarantee that the acts performed by its holders bear the presumption of truth. Chapter 5 discusses the core of the subject, demonstrating that no-

tary and registry services have the capacity, competence, capillarity structure and ability to participate in the decision-making process for the extrajudicial resolution of conflicts in cases of a patrimonial nature, proffering judgments and resolving cases submitted to it by the user, definitively and with final judgment. The dejudicialization movement fostered by legal pluralism as a means of transferring competences hitherto affected to the judicial pillars to the extrajudicial sphere, as a phenomenon defended by the Legal Policy, maintains that the jurisdiction does not have the exclusivity to resolve and guarantee rights. This dissertation ends with the Conclusion, in which some highlighted aspects of the Thesis are presented, followed by a call for the continuity of studies and reflections on the movement of dejudicialization of demands and the consequent expansion of the functions of notary and registration services, as a way of relieving the Judiciary and achieving access to justice, especially in more remote areas of the country. As for the Methodology used, the Thesis is expressed using the inductive logical basis.

Keywords: access to justice, legal pluralism, dejudicialization.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/0000017a.pdf>